Produção Madeireira

PORTARIA/SDS/Nº 040/03 - GS

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SDS, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando os dispostos na Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, Decreto Estadual nº 10.028 de 04 de fevereiro de 1987, Decreto nº 2.788 de 28 de setembro de 1998, na Lei Estadual nº 2.416 de 22 de agosto de 1996 e no Convênio celebrado entre o IBAMA e a SDS de 06 de agosto de 2003, e considerando, ainda, a necessidade de regular a colheita florestal madeireira no Estado;

RESOLVE :

Art. 1º - Estabelecer normas e procedimentos que disciplinam a apresentação, tramitação, acompanhamento e condução das atividades de Plano de Manejo Florestal Sustentável com Procedimentos Simplificados (PMFSPS) para licenciamento e colheita de produtos madeireiros, no âmbito dos órgãos vinculados a SDS.

Art. 2º - São beneficiários do PMFSPS: proprietários, arrendatários, posseiros ou ocupantes de glebas rurais com plano de manejo de área de até 500 hectares.

Parágrafo Único: Entende-se para efeito desta Portaria os seguintes termos:

I - Proprietário: que possui ou detém a posse legal da terra;

II – Arrendatário: Locatário ou contratante, que recebeu de alguém, por meio de contrato, por certo tempo e preço, o uso e gozo do bem imóvel onde se vai realizar o manejo;

III – Posseiro: Aquele que detém a posse na forma da lei.

Art. 3º - Só será admitida a protocolização de 1 (um) PMFSPS para cada proprietário, posseiro ou ocupante de glebas rurais.

Art. 4º - O PMFSPS a ser apresentado ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, para efeito de licenciamento ambiental com expedição de autorização de colheita, deverá conter os seguintes documentos básicos e informações obtidas através de levantamento de campo:

I - Delimitação do polígono das áreas da propriedade e do Plano de Manejo, através do levantamento das coordenadas geográficas dos pontos extremos;

II - Croqui da área da propriedade, contendo a delimitação da área a ser manejada, área de reserva legal de florestas, com indicação aproximada dos cursos hídricos que se encontram no interior ou margeiam a área da propriedade;

III – Ficha de levantamento de campo, das árvores de interesse comercial, da área a ser manejada, contendo a circunferência, altura comercial (comprimento aproveitável da árvore) e

nome comum da espécie florestal, colocando em cada árvore, em local visível, placa de identificação numerada que deverá ser retirada no momento da derrubada e afixada no toco após a derrubada.

IV – Incluir também na ficha de levantamento, para cada árvore a ser colhida, pelo menos 2 (duas) árvores da mesma espécie com diâmetro inferior ao diâmetro de corte em até 20 centímetros que se destinarão a colheitas futuras (Anexo III);

V - Fornecer relação ordenada das espécies a serem colhidas de acordo com o interesse comercial do detentor, de maneira que a de maior interesse apareça em primeira colocação e a de menor interesse apareça em último lugar na relação (Anexo IV);

VI - Cálculo da área de efetivo manejo, subtraindo da área total do Plano de Manejo aquelas de preservação permanente estimadas com base na hidrografia indicada no croqui da propriedade;

VII - Cálculo do volume das espécies a serem colhidas, conforme dados do levantamento de campo apresentado;

VIII – Seleção das árvores a serem colhidas, com base na volumetria calculada, na intensidade de corte de até 1m³/ha/ano e na ordem de interesse de colheita.

Parágrafo único - Se durante o levantamento de campo, de que trata o item III do artigo 4º, não forem encontradas árvores de determinada espécie de interesse para colheita com diâmetros inferiores destinadas a cortes futuros, somente poderão ser colhidos 50% do potencial de colheita das árvores desta espécie.

Art. 5º - Deverão acompanhar o PMFSPS, no momento de sua protocolização junto ao IPAAM, os seguintes documentos:

I – Requerimento e cadastro assinado pelo detentor ou representante legal para formalização do processo (Anexo I e II);

II - Documento de propriedade (Registro de imóvel, ou Declaração de posse expedida pelo órgão federal, estadual ou municipal competente, ou Declaração assinada por dirigente de Associação, Cooperativa ou Comunidade Rural, que ateste que o posseiro / ocupante reside e explora a gleba rural há mais de 5 (cinco) anos, sem conhecimento de qualquer contestação por terceiros (Anexo V));

III – Cópia da Carteira de Identidade e do CPF;

IV - Ato declaratório de responsabilidade pelo emprego de práticas ambientais corretas para manutenção da sustentabilidade das espécies madeireiras a serem colhidas na área de manejo (Anexo VI).

Art. 6º - A dimensão do compartimento de colheita será determinada pela intensidade de colheita que será baseada em estimativa de crescimento de até 1 (um) metro cúbico por hectare e por ano multiplicado pela área de efetivo manejo, definida pelo item I do Art. 9º.

Art. 7º - O detentor de PMFSPS fica obrigado a realizar tratamentos silviculturais de condução da regeneração natural, corte de cipós e, se necessário, o enriquecimento florestal das clareiras abertas na floresta por ocasião da derrubada das árvores.

Parágrafo único – O detentor deverá marcar no mapa/croqui as áreas onde foram realizados serviços de condução da regeneração natural ou enriquecimento florestal.

Art. 8º - Protocolizado o processo, caberá ao IPAAM:

I - Analisar a documentação relacionada no Art. 5º;

II – Realizar vistorias, fiscalização, monitoramento e controle do PMFSPS protocolizado;

III – Emitir o respectivo Licenciamento Ambiental com a autorização de colheita, discriminando as espécies florestais e respectivos volumes.

Art. 9º – As vistorias e fiscalizações dos PMFSPS serão realizadas conforme procedimento definido pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM .

Art. 10 - O licenciamento ambiental expedido terá validade de 1 (um) ano, podendo ser revalidado por igual período, conforme o art. 9º.

Art. 11 – O licenciamento ambiental conterá a relação numérica das árvores a colher e a discriminação dos volumes por espécie de acordo com o disposto no Art. 8º.

Art. 12 – A Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas - FLORESTAS DO AMAZONAS colaborará na elaboração do PMFSPS e prestação de orientação técnica prévia, durante e/ou posterior a colheita.

Art. 13 - A FLORESTAS DO AMAZONAS elaborará cartilha ilustrada-explicativa sobre as técnicas de manejo florestal a serem utilizadas, que serão entregues aos detentores de PMFSPS, juntamente com o licenciamento ambiental.

Art. 14 - O detentor do PMFSPS deverá apresentar anualmente, a relação de árvores a serem colhidas e remanescentes conforme itens III, IV e V do Art. 4º, bem como relação das árvores colhidas em decorrência do último licenciamento ambiental recebida e descrição dos tratamentos silviculturais efetivados (Anexo VI).

Art. 15 – O PMFSPS é transferível em casos de alienação ou arrendamento do imóvel.

Art. 16 - O detentor que praticar irregularidades ou ilícitudes na condução do Plano de Manejo ficará sujeito às penalidades previstas no ato declaratório e em outros dispositivos legais aplicáveis, além da suspensão do Plano de Manejo até que as supracitadas sejam sanadas mediante análise do IPAAM.

Art. 17 - O cancelamento do Plano de Manejo não exime seu detentor das sanções e penalidades legais, inclusive a instauração de inquérito civil e a competente ação penal pelo Ministério Público Estadual.

Art. 18 – Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela SDS.

Art. 19 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em Manaus, 1.º de dezembro de 2003.

VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável